



O Rio Grande tem saída?

Uma análise das potencialidades e entraves para o desenvolvimento

Darcy Francisco Carvalho dos Santos

www.DarcyFrancisco.com.br

Junho/julho/2014

Síntese da apresentação

- **Importância econômica do RS e paradoxo**
- **Problemas estruturais**
 - Inequação orçamentária
 - Receita
 - Despesa
 - Previdência
 - Dívida
 - Investimentos reduzidos
- **Problemas atuais**
 - “Encilhamento” salarial
 - Passivos trabalhistas em formação
 - Aplicações em saúde
- **Projeção para o período 2014-2019**
- **Esgotamento dos recursos extras**
- **Algumas proposições**

Importância econômica do RS e paradoxo

- O RS tem o 4° PIB estadual do País
- Economia superior em 35% às economias do Uruguai, Paraguai e Bolívia, somadas.
- No entanto, em 2012:
 - Despesa com previdência: 1° lugar (33% da RCL). Segundo MG com 25,6%.
 - Passivo total: 1° lugar, com 259% da RCL (SP 209%)
 - Margem para investimentos (-2,5%) – 23° lugar
 - Investimentos: 24° lugar com 3%.

"Inequação orçamentária do Estado - 2013

Em % da receita corrente (bruta - R\$ 35,4 bilhões)

VINCULAÇÕES	62,0	DESPESAS FIXAS	50,0
Municípios		Secretaria e órgãos	
Educação		Pessoal (exceto vinculados)	
Saúde		Dívida extralimite	
Ciência e Tecnologia		Outros Poderes	
Precatórios		Outros gastos (exceto os decorrentes de vinculação)	
Dívida: acordo de 1998		Investimentos com recursos próprios correntes (2,5% RC)	
RECURSOS LIVRES	38,0	DÉFICIT POTENCIAL	12,0

Vinculações não cumpridas: R\$ 1.952 milhões ou 8,6% RLIT.

Déficit potencial: R\$ 4,1 bilhões.

Receita disponível * por esfera de governo, 1960-2012

ANO	União	Estados	Municípios	Total	União	Estados	Municípios	Total
	Em % do PIB				Em % do total			
1960	10,40	5,90	1,10	17,40	59,4	34,0	6,6	100,0
1980	17,00	5,50	2,10	24,60	69,2	22,2	8,6	100,0
1988	14,00	6,00	2,40	22,40	62,3	26,9	10,8	100,0
2000	17,01	7,96	5,02	29,99	56,7	26,5	16,7	100,0
2010	19,35	8,58	6,26	34,19	56,6	25,1	18,3	100,0
2011	20,46	8,84	6,52	35,83	57,1	24,7	18,2	100,0
2012	21,14	9,12	6,87	37,13	56,9	24,6	18,5	100,0

Fonte: Khair, Amir; Araújo, Erika Amorim; Afonso, José Roberto. Carga Tributária

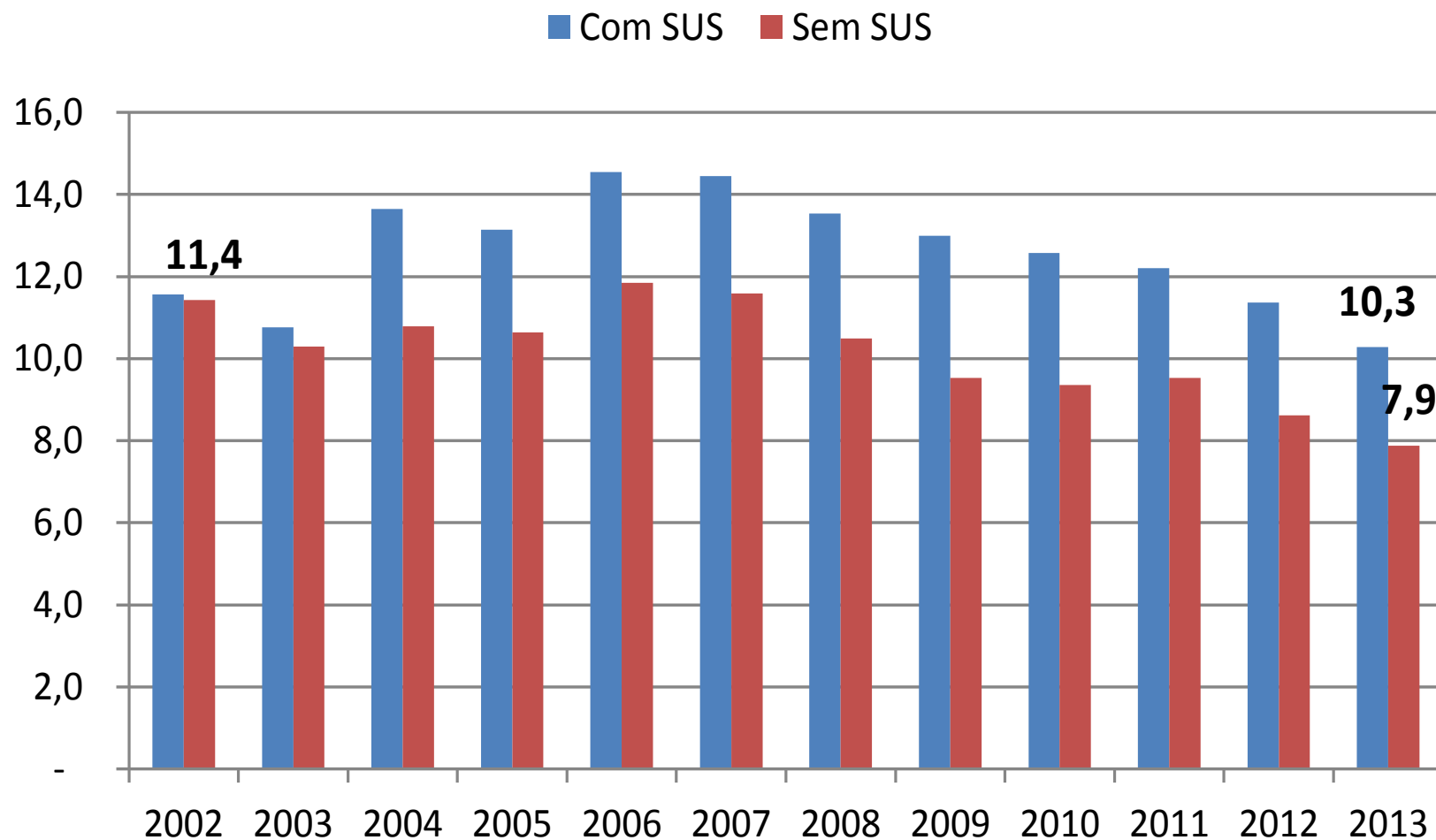
- mensuração e impacto sobre o crescimento, até 1988. 2000: Receita Federal do Brasil

2010-2012- Carga Tributária Global no Brasil/Bruta. Afonso, José Roberto e Castro, Kleber.

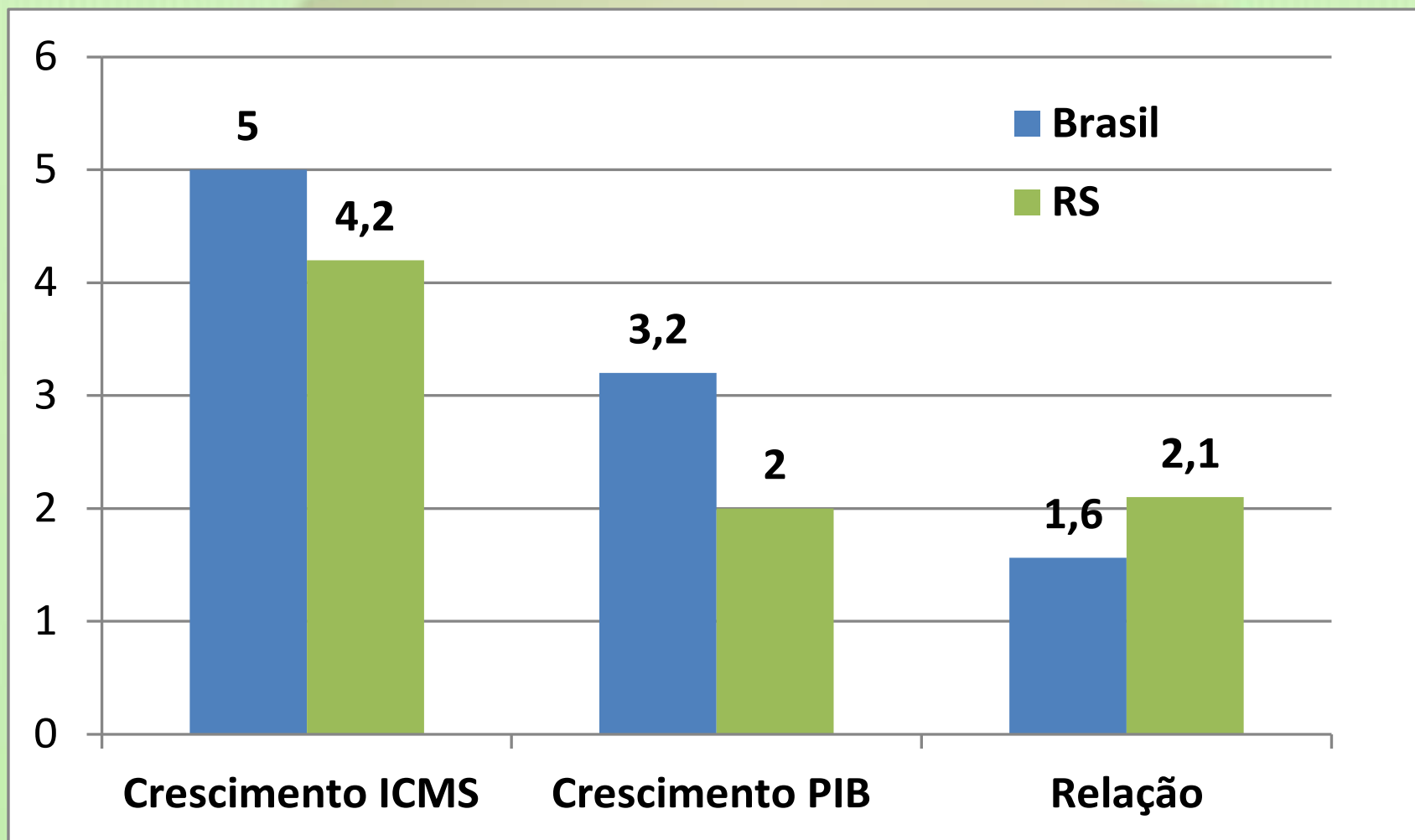
Da parcela da União, em 2012, 2,17% do PIB ou 5,9% do total pertencem ao FGTS e ao Sistema S.

(*) Após as transferências constitucionais.

Transferências federais em % da receita corrente do Estado, 2002-2013

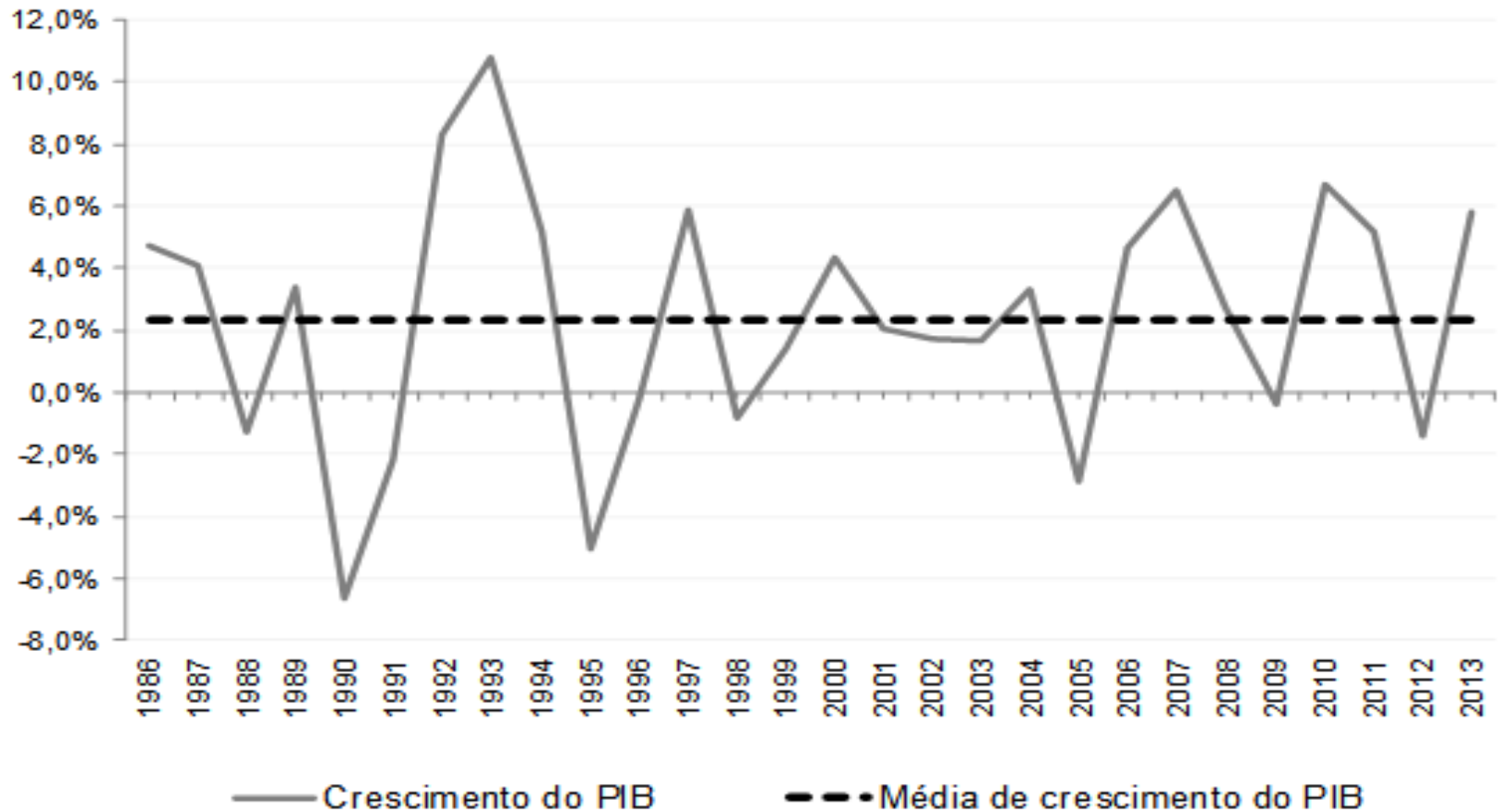


Taxas de crescimento do PIB e do ICMS no Brasil e RS, 1995-2010

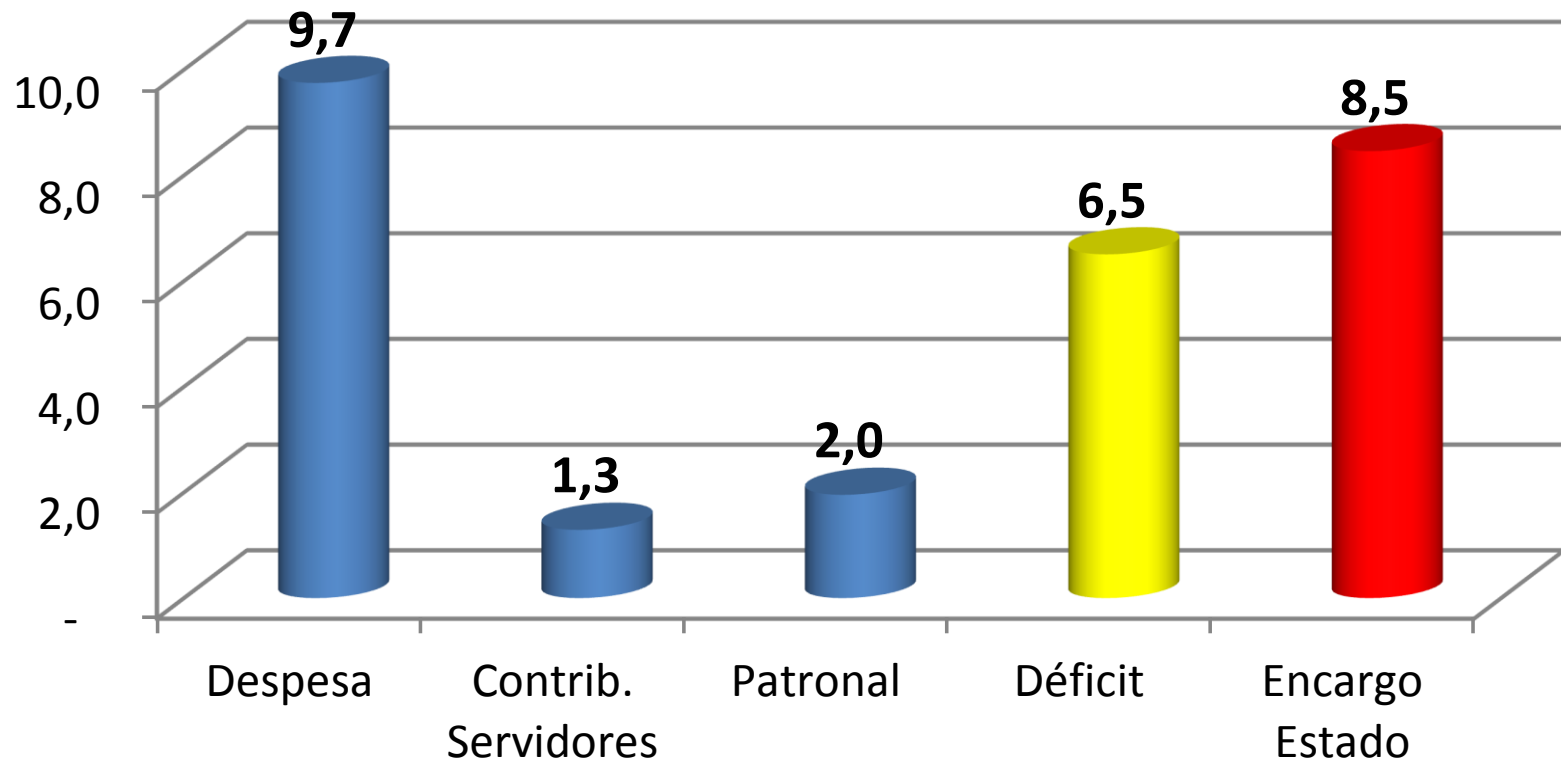


Taxas de crescimento do PIB-RS, 1986-2013

(Média anual: 2,2%)



Insuficiência de recursos na previdência estadual, 2013 - R\$ bilhões



Problemas previdenciários

- Composição da folha de pagamentos: 45,6% ativos e 54,4% inativos e pensionistas. Relação: 100 para 119.
- Relação no quadro de carreira do magistério: 100 para 150 (dados de 2009).
- Aposentadorias especiais: 87%.
- Despesa previdenciária/RCL: 34,7% e insuficiência/RCL: 30,1% (2013).
- Crescimento real da despesa previdenciária: 5,5% (2004-13) e 7,2% (2013/2012)

O Difícil equilíbrio previdenciário

$$cN = aB$$

Onde:

- c = Alíquota de contribuição previdenciária
- N = Número de contribuintes do sistema
- a = Taxa de reposição
(razão entre o valor médio das aposentadorias e pensões e o valor médio dos vencimentos de demais vantagens)
- B = Número de beneficiários do sistema.
- **Necessário: (4 ou 5)/1. Real: 0,83/1**

Contribuições previdenciárias no Estado do RS

PERÍODO	SERVIDOR ALÍQUOTA	BENEFÍCIO
Até 1996	5,4%	Aposentadoria integral Pensão integral
Ac 1996	7,40%	Aposentadoria integral Pensão integral
Ac 2004 (**)	11%	Aposent.: média 80% das maiores remunerações * Pensão: Teto do RGPS mais 70% do excedente
Ac 2013	13,25%	Idem
IPE Saúde:	3,6% até 2002 e 3,1% após.	
Base de contribuição:	Total da remuneração.	
(*) Com 20 anos de serviço e outras condições mantém a integralidade.		
(**) Contribuição dos aposentados para o que excede ao teto do RGPS		
OBS.: A partir de 1998 abre a possibilidade de criação da Prev. Complementar para valores que excederem ao teto do RGPS, sob regime de contribuição definida .		

Características das pensões

Caráter vitalício

Independente da situação econômica do beneficiário, da existência ou não de dependentes.

Não se condiciona a qualquer limite de idade

Pode ser acumulada com qualquer outro benefício previdenciário ou trabalhista.

Não respeita o teto constitucional (RS).

Custo integralidade no RS: R\$ 800 milhões/ano e R\$ 4 bilhões em precatórios judiciais.

Observação: Brasil - 3,2% PIB; OCDE: 0,8%; países iguais: 0,2%.

Tabela 3.3. Dívidas refinanciadas pela Lei 9.496/97

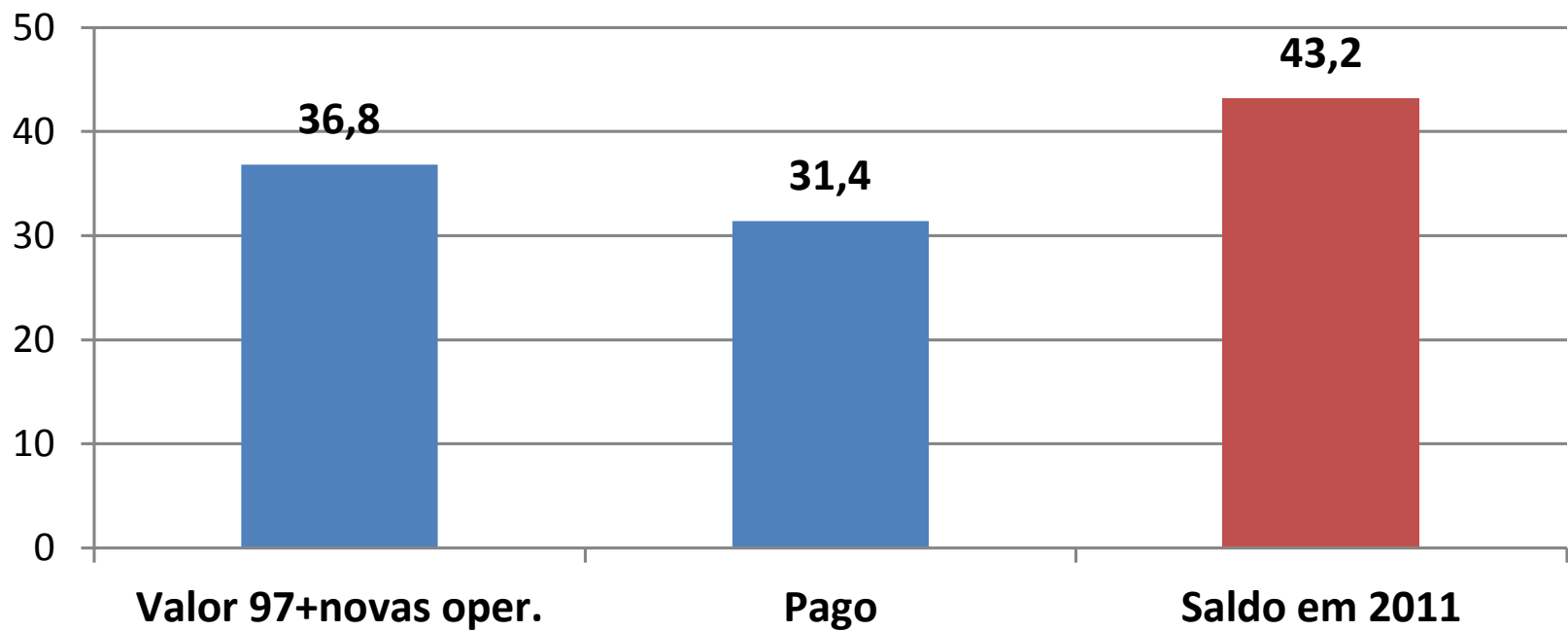
Especificação	Posição	
	15/04/1998	16/11/1998
	R\$ milhões	
1. TÍTULOS		
Mobiliária	8.761,5	9.824,7
Refinanciamento	7.157,0	7.278,7
Subsídio	1.604,5	2.546,0
2. CONTRATOS		
Caixa Econômica Federal	665,8	754,9
Refinanciamento	625,4	650,6
Subsídio	40,4	104,3
3. CONTA GRÁFICA	650,0	677,4
4. TOTAL		
Títulos e contratos	9.427,3	10.579,6
Refinanciamento	7.782,4	7.929,3
Subsídio	1.644,9	2.650,3

Fonte: Relatório da Dívida 2010. Secretaria da Fazenda.

Porque não caiu o saldo devedor da dívida

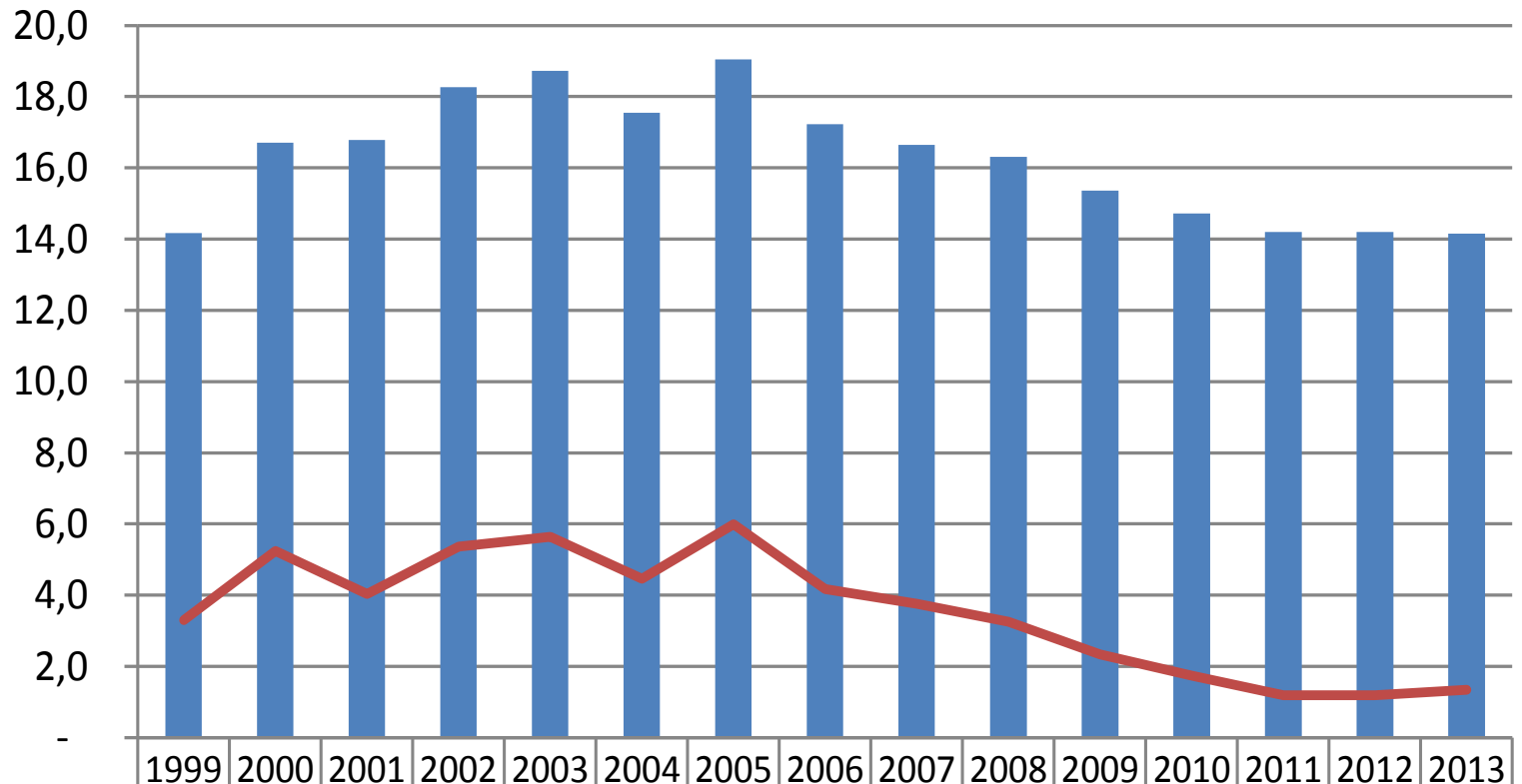
- 1. Dívidas anteriores (5 contratos) mais Proes como intralimite, geraram grandes resíduos.
- 2. Redução da RLR, com a exclusão do Fundeb.
- 3. Crescimento da receita do RS em ritmo inferior à média nacional.
- 4. Em 1998, IGP-DI=IPCA: 1,7%, Selic líquida 26,5%. IGP-DI cresceu 38% acima IPCA até 2012.
- 5. Assunção da dívida do IPE junto ao Banco do Brasil em dezembro/2001, atualmente R\$ 1,1 bilhão, na condição de intralimite.
- 6. Taxa de juros de 6% mais IGP-DI muito alto para os padrões atuais. Anatocismo.

Gráf. 3.3. Evolução da dívida entre 1997-2011
Em R\$ bilhões atualizados pelo IPCA para 2011



Serviço da dívida (total e extralimite)

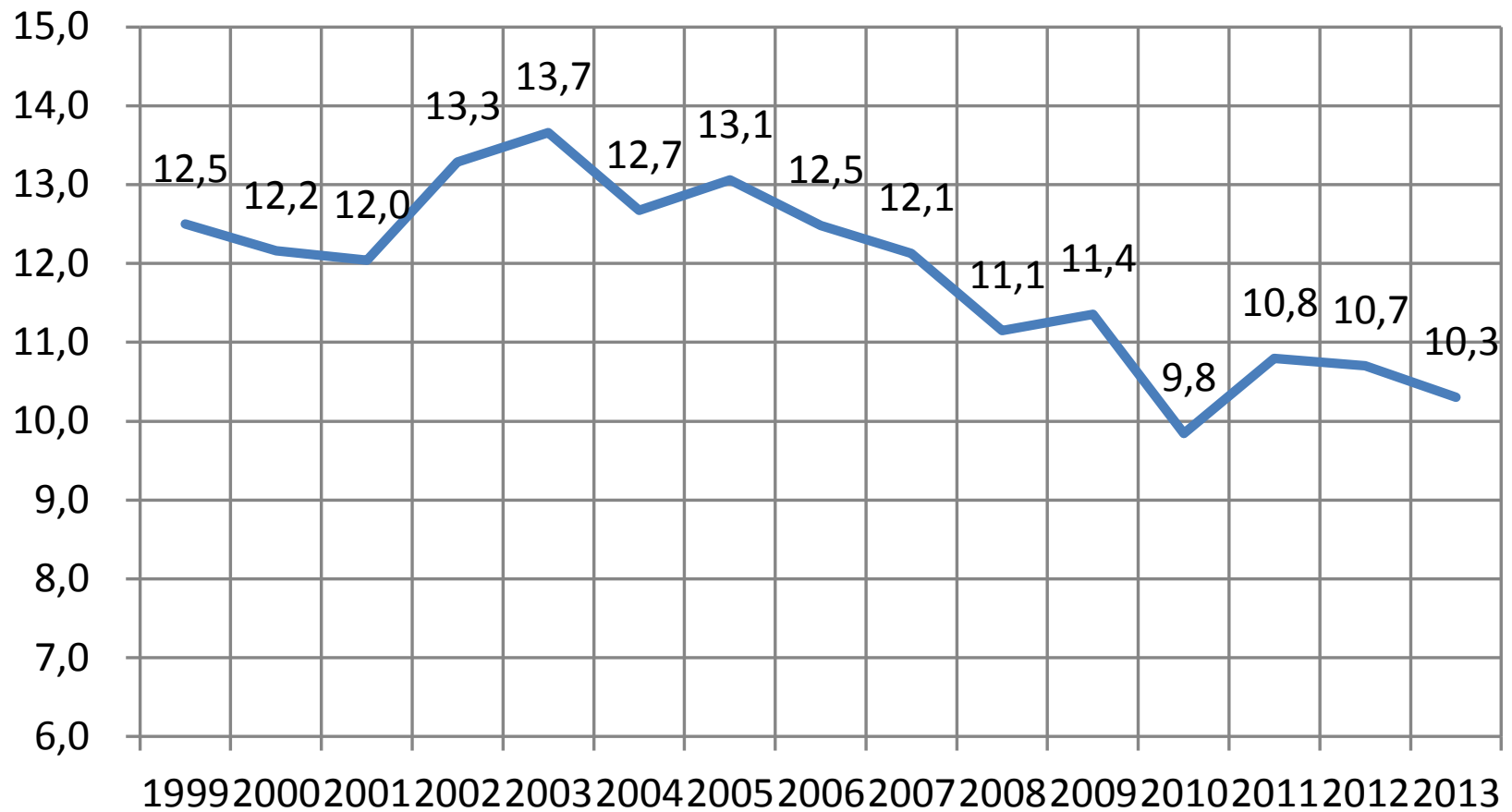
Em % da RLR (R\$ 2,9 bilhões em 2013)



	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
■ Total	14,2	16,7	16,8	18,3	18,7	17,5	19,0	17,2	16,6	16,3	15,4	14,7	14,2	14,2	14,2
— Extra	3,3	5,2	4,0	5,4	5,6	4,5	6,0	4,2	3,8	3,3	2,3	1,7	1,2	1,2	1,3

Serviço da dívida

Em % da RCL (R\$ 2,9 bilhões em 2013) .



Tab. 3.10. Juros sobre o capital próprio e dividendos do Banrisul repassados ao Estado e serviço da dívida do Proes Banrisul (aumento de capital, Fundação e outras dívidas)

Em R\$ 1.000,00 pelo IGP-DI para 2013.

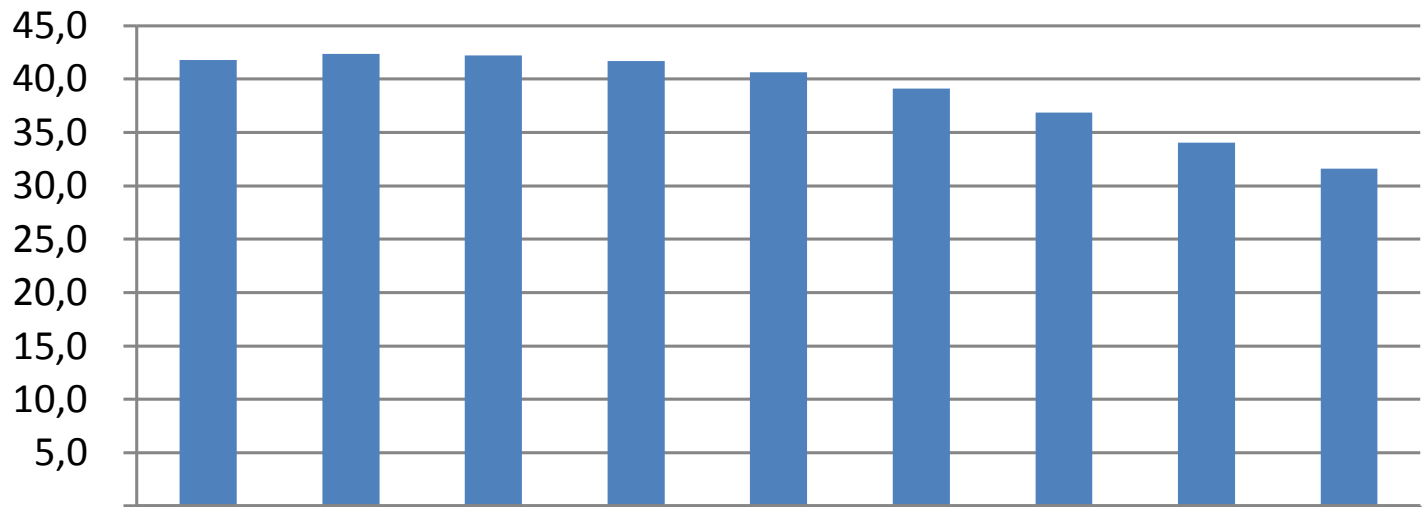
ANO	Lucro líquido	Repasses ao Estado (*)	PROES (**)	Desembolso líquido do Estado
	A	B	C	D=B-C
1998	(2.682.164)	-	-	-
1999	191.944	-	345.625	(272.805)
2000	232.054	192.278	377.306	(159.048)
2001	231.883	128.168	396.728	(251.505)
2002	332.124	141.406	395.104	(190.820)
2003	515.868	342.739	391.382	(59.240)
2004	500.922	123.977	390.933	(266.956)
2005	548.680	156.505	395.191	(238.686)
2006	554.260	319.904	403.631	(83.727)
2007	1.336.481	145.969	405.433	(259.464)
2008	774.733	224.862	373.182	(148.319)
2009	696.978	163.854	224.388	(60.535)
2010	904.348	205.967	184.765	21.202
2011	1.016.704	201.779	135.742	66.038
Total a/c 1999	7.836.979	2.347.407	4.419.410	(1.903.866)

FONTE: Balanços do Banrisul e Secretaria da Fazenda (sites) e balanços do Estado.

(*) Juros sobre o capital próprio e dividendos.

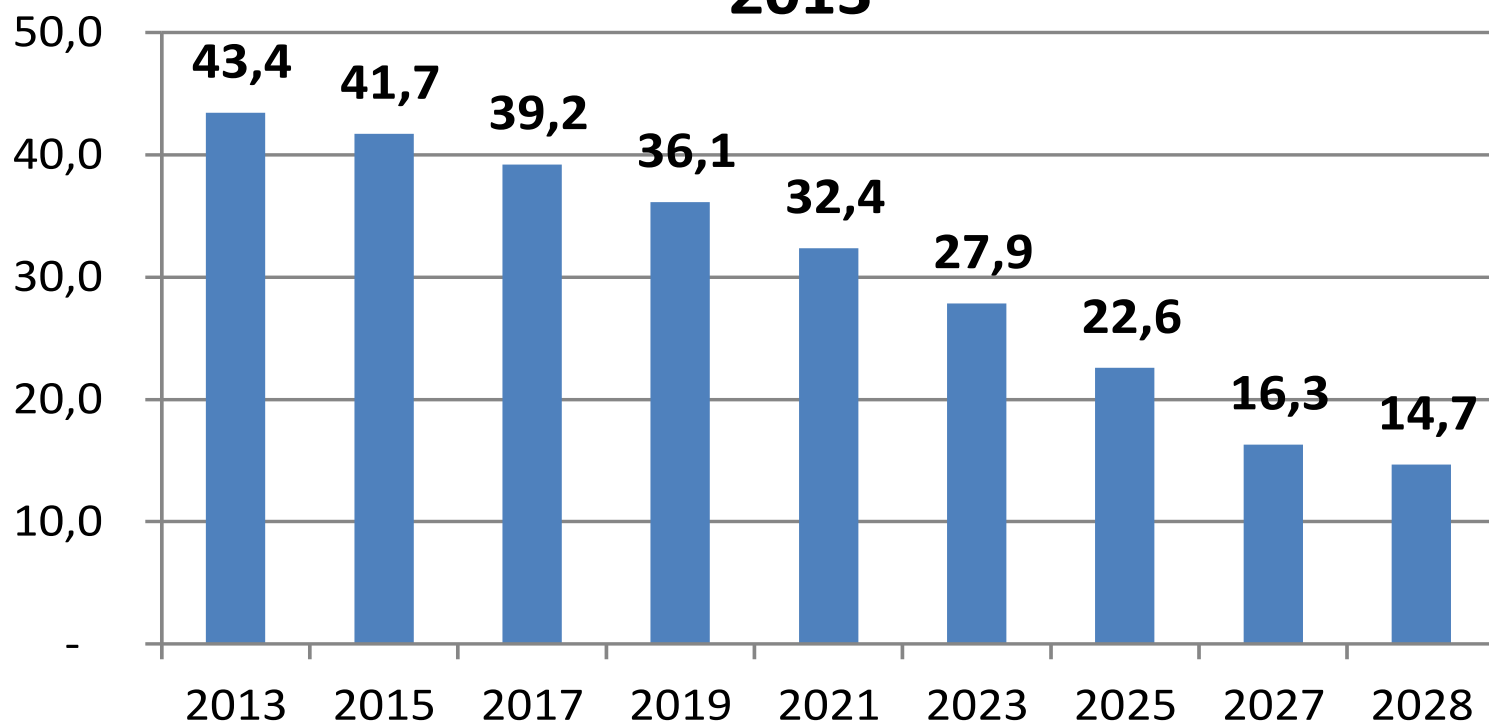
(**) Intra e extralimite. Projetado pelo autor pela Tabela Price, nas condições contratuais.

Gráf. 3.6. Modelo atual c/13% da RLR
Saldo devedor em R\$ bilhões

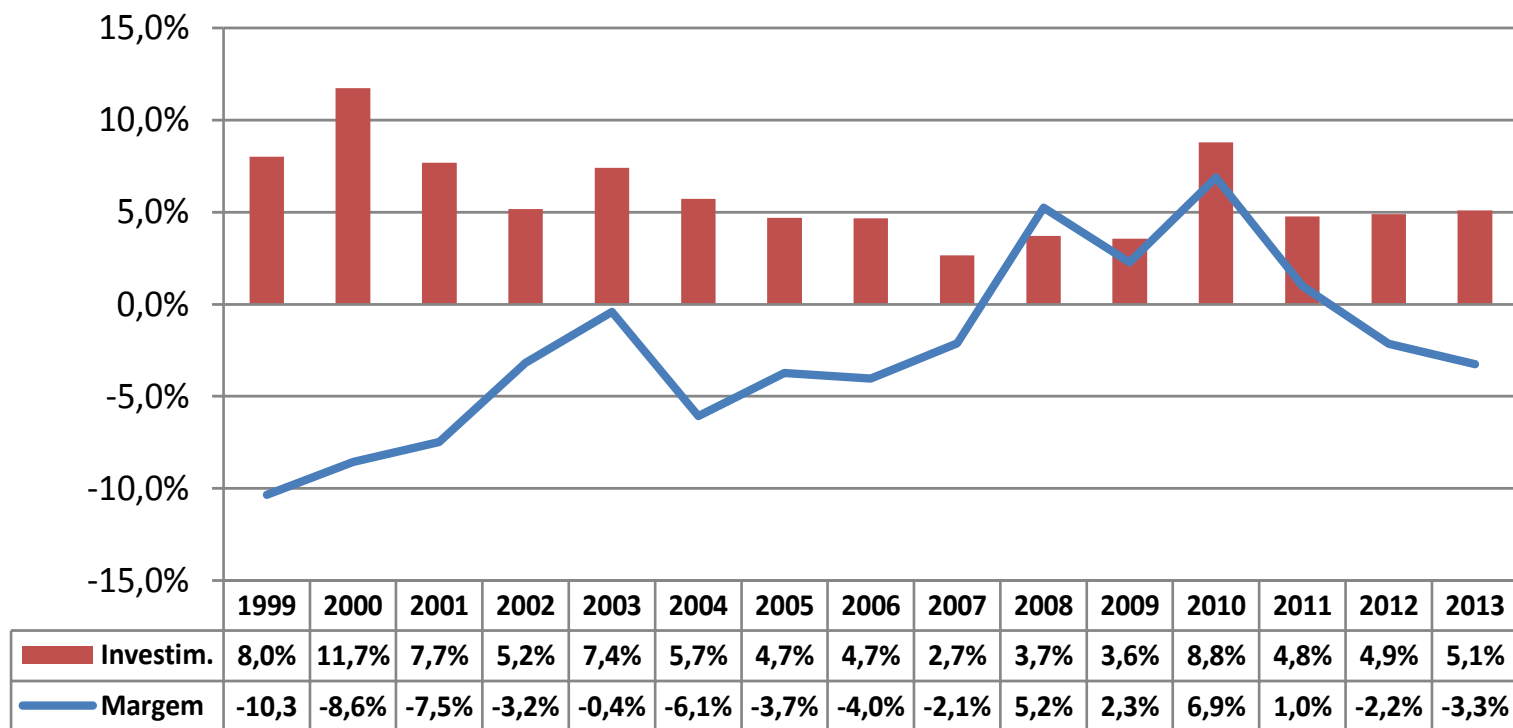


	2012	2014	2016	2018	2020	2022	2024	2026	2028
■ Sd.devedor	41,8	42,3	42,2	41,7	40,6	39,1	36,9	34,0	31,6

Gráf. 3.8. Proposta da Presidência da República - Saldo devedor R\$ bilhões de 2013



Investimentos e margem para investimentos, 1999-2013 em % da RCL



Crescimento nominal da folha da Educação

DESCRIÇÃO	2014	2015 SEM REAJUSTE JANEIRO (*)	2015 COM REAJUSTE JANEIRO
EM %	16,5%	14,5%	21,4%
EM R\$ MILHÕES	980	1.000	1.500
PISO ESTADUAL/NACIONAL	74%	67%	71%

OBSERVAÇÃO: Reajuste do piso nacional = receita corrente do Estado.

Reajuste piso estadual: inflação.

(*) Reflexo do reajuste de 13,7% em novembro/2014 mais vegetativo.

Passivo trabalhista potencial pelo não pagamento do piso nacional do magistério. Em R\$ 1.000,00

Ano	Folha c/piso nacional	Folha com básico do RS	Diferença	Juros 6% aa.	C.monetária IGP-M	Total passivo
2011	3.483.000	2.430.000	1.053.000	220.996	276.669	1.550.665
2012	6.149.942	3.803.206	2.346.736	360.354	433.632	3.140.722
2013	6.641.598	4.381.331	2.260.268	198.010	224.685	2.682.962
2014	7.194.179	4.980.411	2.213.768	61.304	63.697	2.338.769
Total	23.468.719	15.594.947	7.873.772	840.664	998.683	9.713.118

Fonte: Elaboração própria

Observações:

1. Piso nacional é reajustado pelo Fundeb.
2. Tanto os juros quanto a correção foram calculados mensalmente até dezembro/2014.
3. Desconsiderado o crescimento vegetativo da folha.
4. Considerado IGP-M de 6% aa. para 2014 e o piso para 2014 em R\$ 1.697,37.

Reajustes para a Segurança Pública

DESCRIÇÃO	REAJUSTES
DELEGADOS DE POLÍCIA	12,9% 19,1% aa. – 2013-2018
DEMAIS CARGOS DA POLÍCIA CIVIL	MÉDIA DE 11% aa. – 2013-2018 Mais 5% 2015-2017 (abril/2014)
PESSOAL DA SUSEPE	MÉDIA DE 13,6% aa. – 2013-2018
OFICIAIS DA BRIGADA MILITAR	Média 10% aa. 2013 – 2018 Mais 5% 2015-2017 (abril/2014)
SOLDADOS, CABOS E SARGENTOS – BM	2013-2014: SUPERIOR A 16% aa. 2015-2018: MÉDIA 14% aa. Mais 5% 2015-2017 (abril/2014)

Dispersão entre alguns cargos da Segurança com a adoção do subsídio

CARGOS	NOV/2018	RELAÇÃO	TAXA ANUAL
INVESTIGADOR 1ª CLASSE	2.978,00		
INVESTIGADOR 7ª CLASSE	12.000,00	4,03	4,8%
INSPETOR-ESCRIVÃO 1ª CLASSE	5.500,00		
INSPETOR-ESCRIVÃO 4ª CLASSE	12.000,00	2,18	2,6%
MONITOR PENITENCIÁRIO "A"	5.500,00		
MONITOR PENITENCIÁRIO "E"	15.000,00	2,73	3,4%
Fonte: Leis 14.073/2012 e 14.188 E 14.189/2012.			

Injustiça salarial

Diversas carreiras com vencimentos iniciais superiores a **R\$ 17 mil**, iguais ao do governador e 1,5 vezes o do vice e secretários de estado.

Por outro lado, cargos de médico, cirurgião-dentista, nutricionista, psicólogo, engenheiro e economista, têm vencimento iniciais de **R\$ 2.720,00** (acesso novembro/2012).

O professor ganha menos ainda, mas apresenta grande dispersão na carreira (Rel. F6/A1=4,5).

Despesas com saúde pública

Em valores constantes pelo IPCA

Ano	Segundo Governo do Estado		Segundo TCE		LC 141/2012
	R\$ 1.000,00	Relativo	RLIT-%	RLIT - %	RLIT-%
2001	1.113.055	100,0	8,58	6,47	
2002	1.122.214	100,8	8,97	6,47	
2003	1.126.017	101,2	8,12	5,78	
2004	1.133.958	101,9	8,23	6,10	
2005	1.138.985	102,3	7,45	5,70	
2006	1.146.723	103,0	7,45	6,72	
2007	1.047.309	94,1	6,76	6,76	
2008	1.318.659	118,5	7,45	7,46	
2009	1.254.996	112,8	7,24	7,23	
2010	1.576.221	141,6	7,92	7,92	
2011	1.602.934	144,0	8,07	8,07	
2012	1.958.381	175,9	9,66	9,66	6,70
2013*	2.844.634	255,6	12,47	nd	8,96

Fonte: Balanços do Estado e TCE (Inclui IPE e inativos da saúde), 2001 a 2012.

(*) 2013 - RREO 6º bim. Simplificado. Valor inflado. Calculamos o percentual que entendemos correto, de acordo com dados do *site* da Secretaria da Fazenda (8,96%).

Resultados orçamentários irreais

Em R\$ 1.000,00 correntes.

ANOS	CONTÁBIL	DESPESAS SEM EMPENHO (*)	OUTROS AJUSTES (**)	RESULTADO AJUSTADO	DIFERENÇA AJ-CONT.
2010	-156.520	-162.619	-37.961	-357.100	-200.580
2011	-486.604	-323.975	24.355	-786.224	-299.620
2012	-732.246	-567.569	-633.775	-1.933.590	-1.201.344
2013	-1.393.994	-1.306.334	-186.528	-2.886.856	-1.492.862

(*) Precatórios e RPVs.

(**) Receitas extraordinárias e de empréstimos não aplicados.

Em 2013: Taxas do Detran + 440 milhões e contrib.servidores + 300 milhões.

Projeção 2014-2019

Parâmetros

Descrição	Períodos		
	2014	2015	2016-2019
PIB-RS (crescimento)	1,0%	1,5%	3,0%
Inflação	6,5%	6,0%	5,3%
Elasticidade da receita	1,00	1,00	1,00
Relação deflator implícito do PIB/IPCA	1,010	1,010	1,015
Saúde/RLIT (**)	10,0%	10,0%	10,0%
Dívida intralimite/RLR	13,0%	13,0%	13,0%
Precatórios e sentenças judiciais/RCL	3,0%	3,0%	3,0%
Cresc. real da folha da Educação (***)	9,4%	14,5%	2,0%
Cresc.real da folha da segurança (***)	12,3%	9,9%	9,5%
Cresc.real das demais folhas (***)	3,0%	3,0%	2,0%
Cresc. real das ODC exceto saúde	5,0%	3,0%	3,0%
Investimentos/RCL	2,0%	2,0%	2,0%

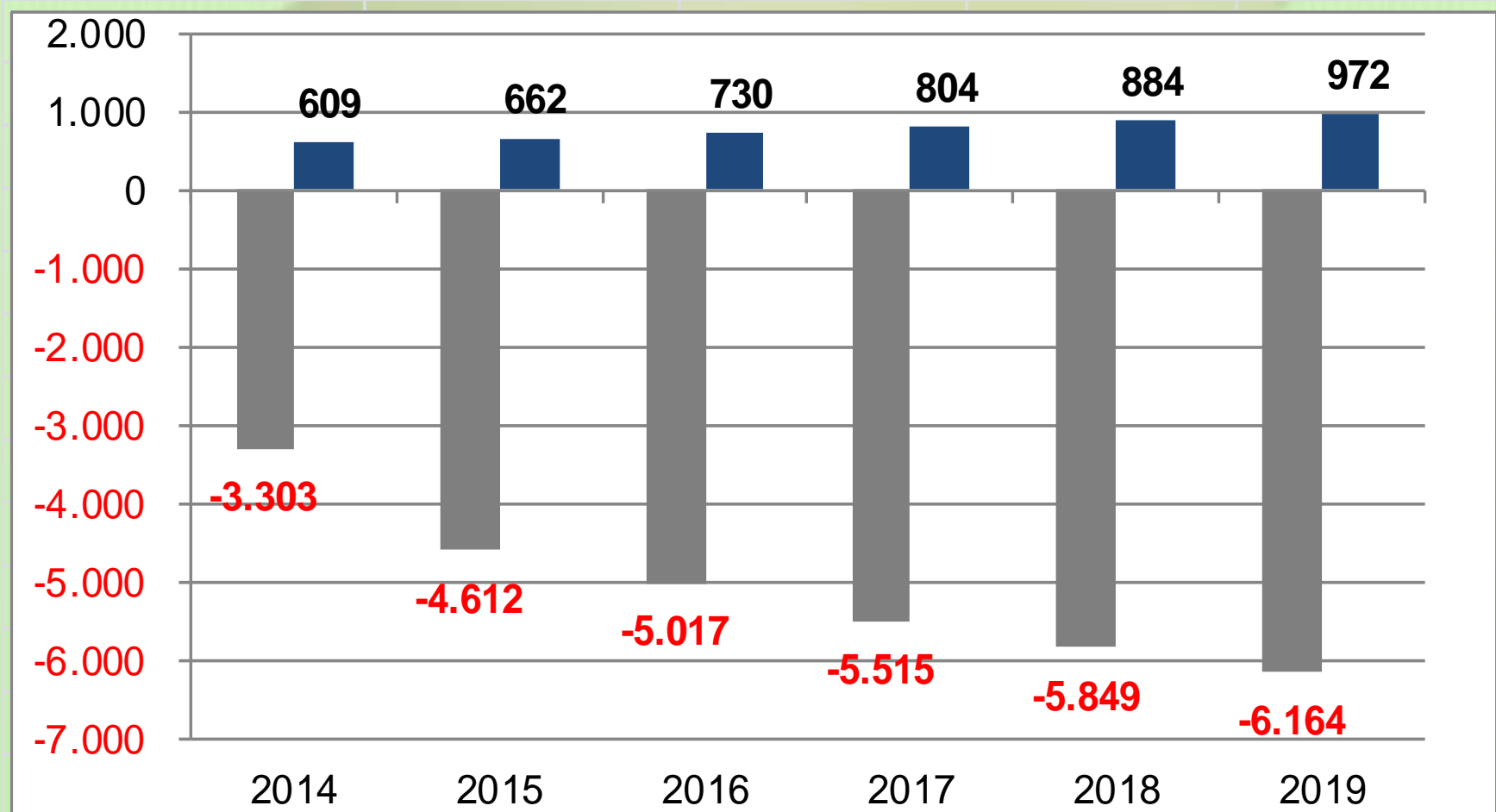
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Grupo de Trabalho Agenda 2020 e leis que tratam de reajustes de pessoal e de outras alterações de quadros,

(**) Percentual adotado pela Proposta Orçamentária para 2014 (10%).

(***) Inclui crescimento vegetativo de 2%.

Resultados orçamentários e investimentos

R\$ milhões sem CEE (Previsão atualizada para abril/2014)

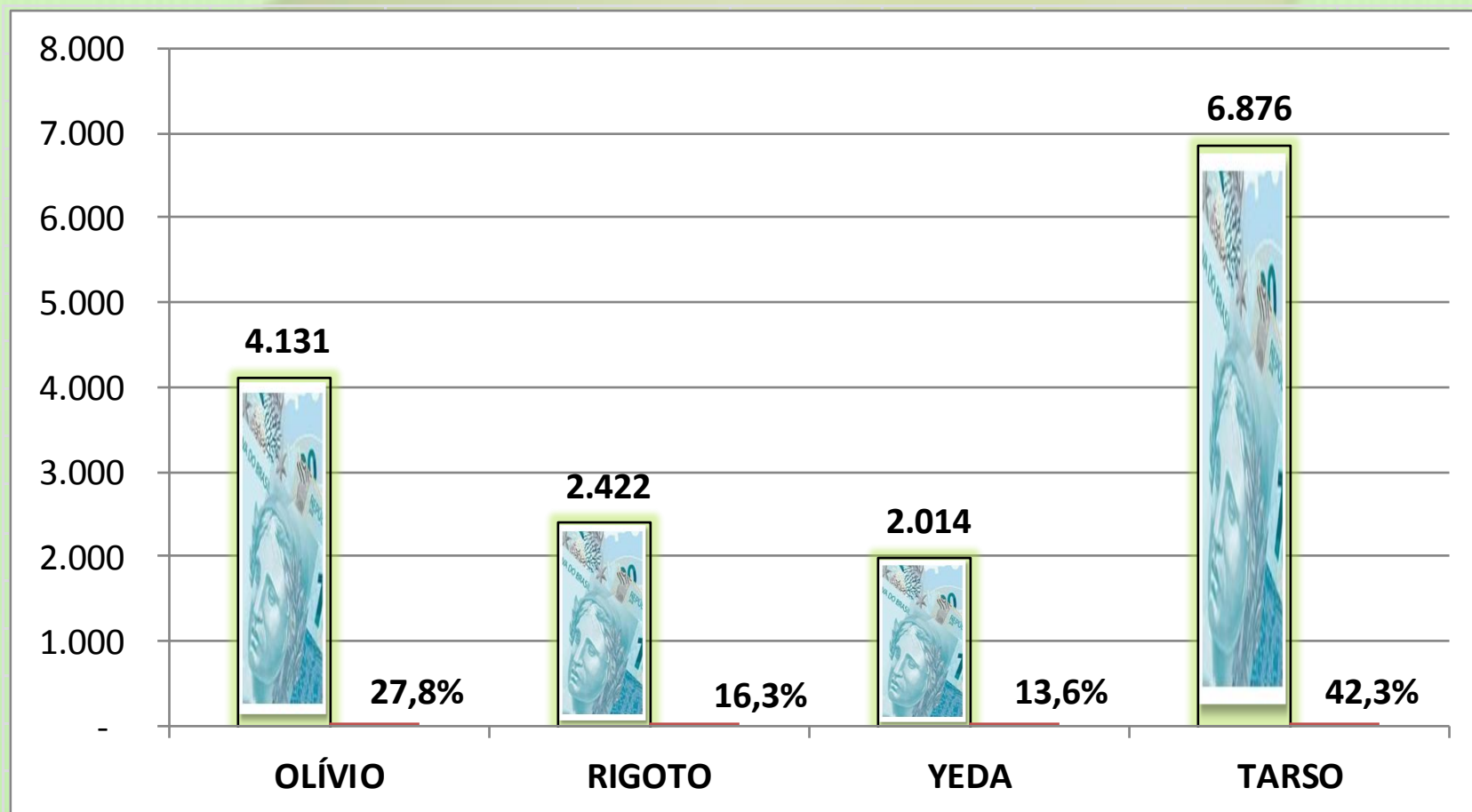


Relação entre as variáveis

Relações	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Saúde/RLIT	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%
MDE/RLIT	33,2%	36,5%	35,7%	35,0%	34,2%	33,5%
Cresc.nominal da RCO	8,6%	8,7%	10,3%	10,2%	10,0%	10,0%
Cresc.real da RCO	2,0%	2,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Resultado orçamentário/RCL	-10,9%	-15,4%	-15,2%	-15,1%	-14,6%	-14,0%
Investimentos/PIB-RS	0,17%	0,17%	0,17%	0,17%	0,17%	0,17%
Piso estadual/piso nacional magistério	74,0%	72,2%	69,0%	66,0%	63,2%	60,4%
Pessoal/RCL	71,0%	75,5%	75,5%	75,7%	75,4%	75,1%
Cresc.nominal despesa com pessoal	14,3%	15,5%	10,3%	10,5%	9,6%	9,5%

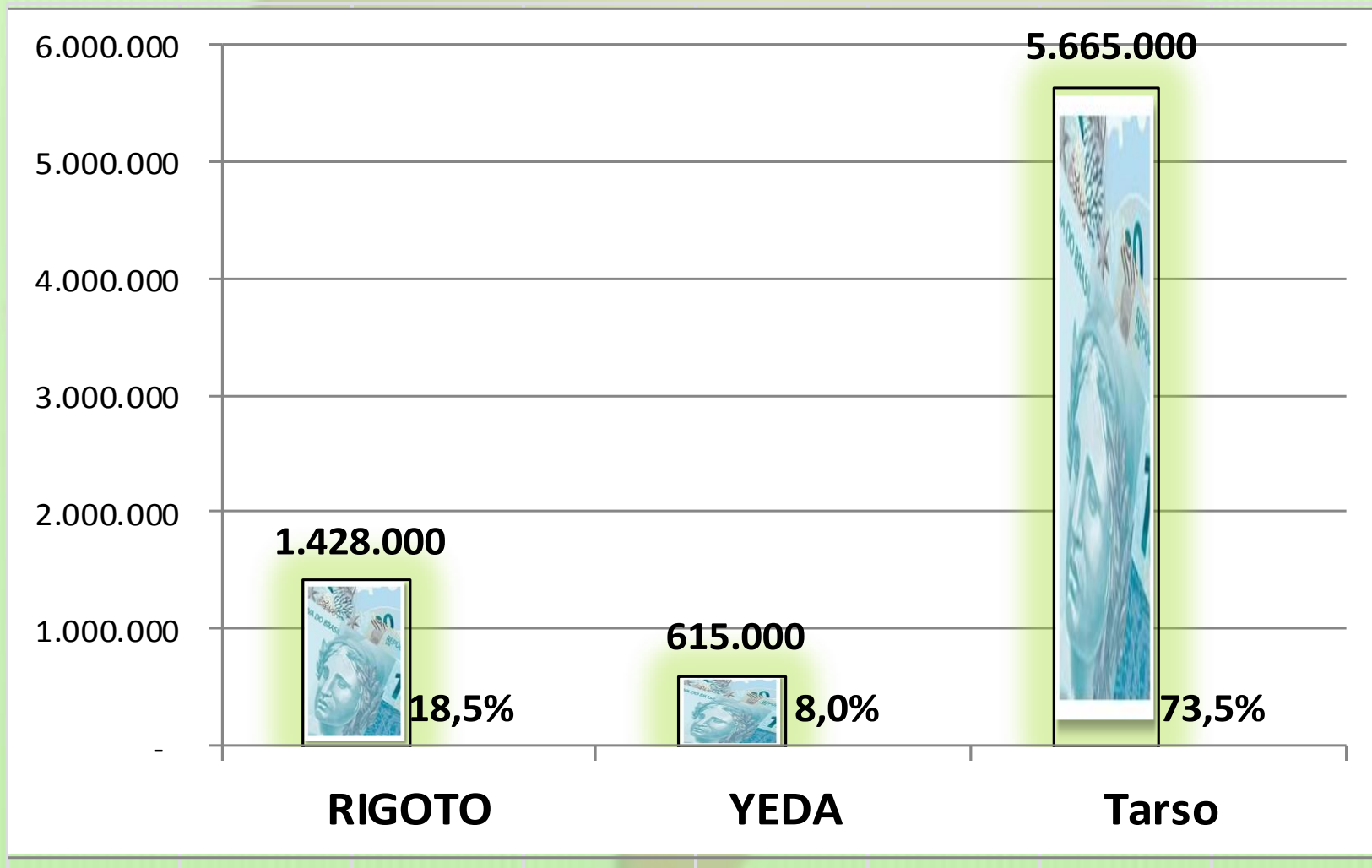
Saques do caixa único por governo

R\$ 15,4 bilhões em valores constantes



Saques do depósitos judiciais por governo

R\$ 1.00,00 correntes. (out/2014).



Saques dos depósitos judiciais (analítico)

Em valores correntes			
Período	Governo	Valor (*)	%
2003-2006	Rigotto	1.427.998.855	19,1%
2007-2010	Yeda	615.001.000	8,2%
2011-2014	Tarso	5.435.000.000	72,7%
	fev/13	300.000.000	
	mai/13	4.200.000.000	
	dez/13	515.000.000	
	mar/14	100.000.000	
	jul/14	320.000.000	
Total		7.477.999.855	100,0%
Fonte: Tribunal de Contas - Pareceres Prévios e site da Fazenda.			

Proposições

- **1. Receitas**

- Revisão do pacto federativo.
- Alterar a tributação vigente no e-commerce.
- Ampliar a capacidade dos órgãos ambientais em analisar projetos de irrigação e ampliar a distribuição de energia adequada para o uso dos sistemas de irrigação por aspersão.
- Incentivar a produção agrícola (pecuária) com vistas ao aumento de produtividade.
- Buscar parcerias público-privadas para suprir carências de investimentos, especialmente na área de transportes e energia.
- Desenvolvimento econômico mediante aumento da produtividade, mediante crescimento de setores com alto valor agregado. Facilitação dos negócios.

Proposições (cont.)

- **1. Despesas**

- Reforma da previdência (idade mínima, pensões e aposentadorias complementar).
- Redução da reposição dos servidores que se aposentam.
- Altera o plano de carreira do magistério e outros, visando reduzir a dispersão salarial.
- Alterar o acordo da dívida, reduzindo pagamentos e juros e prorrogando o prazo.
- Rever os salários iniciais de algumas categorias.
- Extinguir a licença-prêmio.
- Computar as funções gratificadas pela média na aposentadoria.

Proposições (cont.)

- Evitar a concessão de reajustes reais.
- Conter o crescimento das outras despesas correntes.
- Reduzir secretarias e órgãos, fazendo uma reforma administrativa que envolva quadros de pessoal.

3. Planejamento estratégico

Fazer um planejamento estratégico de longo prazo, estabelecendo metas de redução do déficit estrutural e outras, obrigando por lei seu seguimento pelos sucessivos governos.

Conclusão

- Se, em três anos, o Estado vai utilizar R\$ 9 bilhões de receitas extras (sendo R\$ 6 bilhões dos depósitos judiciais), para fechar as contas, o que fará no próximo período governamental quando os déficits serão muito maiores e esses recursos estarão praticamente esgotados? Acresce-se a isso a queda da arrecadação que está ocorrendo atualmente.
- Só um planejamento estratégico de longo prazo salva o Estado.